



**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM**

EXERCÍCIO 2022

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Governança Corporativa da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, referente ao exercício social de 2022.

IDENTIFICAÇÃO GERAL	
CNPJ:	01.256.678/0001-00
NIRE:	2330001993-8
Sede:	São Gonçalo do Amarante/Ceará
Acionista controlador:	Estado do Ceará
Tipo de estatal:	Sociedade de Economia Mista
Tipo societário:	Sociedade Anônima
Tipo de capital:	Fechado
Abrangência de atuação:	Território nacional e no exterior
Setor de atuação:	Serviços
Objeto social:	Operador portuário
Vice-Presidente Financeiro:	Rebeca do Carmo Oliveira (a partir de 08/12/2022) Fone: (85) 3372-1500 E-mail: rebeca.oliveira@complexodopecem.com.br
Audidores Independentes atuais da empresa:	BDO AUDITORES INDEPENDENTES S/S André Custódio Nogueira, CPF: 880.740.218-15
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:	José Sérgio Fontenele de Azevedo – Presidente Felipe Barros Leal Rocha Cristiano Marcelo Peres Francisco Quintino Vieira Neto Teije George Smittenaar René Adriaan Bernard Van Der Plas
Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:	Presidente: Danilo Gurgel Serpa (até 07/12/2022) Vice-Presidente Financeiro: George Lopes Braga (até 07/12/2022) Vice- Presidente de Operações: Cornelis Antonius Hulst (até 07/12/2022) Presidente: Hugo Santana de Figueirêdo Junior (a partir de 08/12/2022) Vice-Presidente Financeiro: Rebeca do Carmo Oliveira (a partir de 08/12/2022) Vice- Presidente de Operações: Fábio Xavier Grandchamp (a partir de 08/12/2022) Diretor Executivo Financeiro: Muhammad Shoaib Naqshbandi Diretor Executivo de Operações: Waldir Frota Sampaio Diretora Executiva Comercial: Duna Gondim Uribe Diretor Executivo de Engenharia: Fábio Abreu Freitas de Souza Diretora Executiva de Relações Institucionais: Rebeca Oliveira
Data de divulgação:	Abril de 2023

I – GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/2016, em seu art.8º, incisos I, III e VIII, exige explicitação dos compromissos de consecução dos objetivos de políticas públicas por empresas públicas e sociedades de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com a definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas as atividades desenvolvidas, estruturas de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações são detalhadas no presente documento.

1. Composição Acionária:

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 totaliza em 176.926.942 ações, todas de classe única (ordinária), nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

	Ações ON	Total	% Participação
Estado do Ceará	123.848.859	123.848.859	70,00
Port of Pecém Participações BV	53.078.083	53.078.083	30,00
Totais	176.926.942	176.926.942	100,00

2. Subvenções governamentais:

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Nesse contexto, a Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do período e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

3. Interesse público subjacente às atividades empresariais:

A atividade da CIPP teve sua origem formal em 22 de dezembro de 1995, data de sua criação por meio da Lei Estadual nº 12.536 publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de dezembro de 1995.

A Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP está vinculada às políticas estaduais voltadas ao tema estratégico “Infraestrutura e Mobilidade”, e ao eixo Ceará de Oportunidades, ambos presentes no Plano Plurianual – PPA do quadriênio 2020-2023.

O resultado esperado para as políticas desenvolvidas nesse eixo é o de assegurar o desenvolvimento sustentável. O principal indicador para fins de acompanhamento do atingimento do resultado é o que trata da Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP).

Destaque-se que o tema estratégico “Infraestrutura e Mobilidade” adere a missão do Porto do Pecém que é de oferecer soluções seguras e eficientes de logística de transporte multimodal de cargas, atuando como indutor de novos negócios, diretamente ou por meio de parcerias, promovendo o desenvolvimento sustentável para o Estado do Ceará e a sua visão de futuro que é tornar-se o principal complexo industrial portuário detentor do melhor ambiente de negócios do Brasil, sendo referência de sustentabilidade até 2035, gerando, assim, valor agregado com foco nos clientes, integridade, inovação, integração e sustentabilidade.

O Estado, com sua política, propõe investimentos em todos os modais de transporte, contemplando os transportes rodoviário, ferroviário, marítimo, aeroviário e dutoviário, envolvendo recursos estaduais e federais. Visa-se o fortalecimento dos eixos logísticos de integração regionais, adequando-os a uma nova realidade de uma rede logística eficiente.

Em relação a CIPP, e de modo a ampliar a capacidade de movimentação de cargas do Terminal Portuário do Pecém, encontra-se em finalizado o Módulo I da obra de expansão do Pátio de Armazenagem do Terminal Portuário e a Implantação das áreas especiais para manutenção de equipamentos com controle de oleosos no TMUT. Além desses, foram feitos outros investimentos na retroárea e na infraestrutura onshore do Terminal que ocorreram e continuarão ocorrendo pari passu ao ritmo de ampliação da estrutura offshore e do crescimento na movimentação no porto, de modo que se mantenha o alto nível de desempenho operacional e de produtividade, dentre eles:

- Recuperação da infraestrutura offshore da Ponte 1 – Fase 1;
- Execução de canaletas elétricas para atender as novas demandas com a chegada dos novos equipamentos STS e Bardella;
- Conclusão das obras de requalificação de passeios e paisagismo na área externa do Terminal;
- Aquisição e Instalação de 570 projetores de LED para modernização da iluminação do Terminal;
- Expansão do Sistema Elétrico de Alta Tensão em mais 10/12,5 MVA;
- Construção de Subestação Elétrica TMUT 3 – 5MVA;
- Implantação do Sistema de Segurança Eletrônico para acesso de área controladas, incluindo todas as subestações do Terminal.
- Reformulação da distribuição de média tensão no pátio com implantação de anel redundante nas subestações de contêineres refrigerados no Pátio.
- Requalificação de Piso do TMUT para operação de manuseio de contêineres com RTGs.

O crescimento experimentado pelo Porto do Pecém em sua movimentação, a grande variedade de produtos, além da nova concepção empresarial da CIPP, busca total integração entre as ações a serem desenvolvidas no Porto, na ZPE e na Área Industrial, e exigem da Companhia uma constante adequação Operacional,

Comercial e de Planejamento Portuário.

O desenvolvimento econômico só se efetiva quando encontra as condições ideais de sustentabilidade, e uma forte infraestrutura e eficiente logística, que têm função primordial nesse cenário.

4. Atividades desenvolvidas em atendimento a Políticas Públicas:

Alinhado ao interesse público, a CIPP desenvolve atividades que atendem às políticas públicas e ao seu objeto social, conforme artigo 2º da Lei Estadual nº 16.372, de 11 de outubro de 2017:

- Administrar, operar, explorar e desenvolver o Terminal Portuário do Pecém, a Zona Industrial adjacente e a Zona de Processamento de Exportação do Ceará que, conjuntamente, compõem o Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- Arrendar, alienar ou ceder imóveis e equipamentos de apoio, observada a legislação pertinente, no que seja necessário para as atividades do Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- Promover medidas de coordenação e de assistência administrativa e técnica às empresas instituídas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- Promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades do Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- Oferecer soluções seguras e eficientes de logística de transporte multimodal de cargas, atuando como indutor de novos negócios, diretamente ou por meio de parcerias, promovendo o desenvolvimento sustentável para o Estado do Ceará;
- Construir, reformar, ampliar, melhorar, arrendar e explorar instalações portuárias e destinadas ao apoio e suporte de transporte intermodal, localizadas no Estado do Ceará, bem como a prestação de serviços correlatos;
- Executar outras atividades afins.

A CIPP S/A é responsável pela gestão do Complexo do Pecém que possui: uma Área Industrial detentora de infraestrutura qualificada para receber a instalação de empresas com intuito de viabilizar a operação e atividades industriais e portuárias integradas, possibilitando o crescimento econômico e social da região e do Estado; Zona de Processamento de Exportação (ZPE) viabilizando a instalação de grandes empresas voltadas para exportação permitindo benefícios tributários e fiscais; e de um Terminal Portuário *off_shore* com 10 berços disponíveis para operação de contêineres, carga soltas em geral (inclusive pás eólicas de até 80m de comprimento), graneis líquidos e sólidos.

As operações da CIPP S/A, desenvolvem-se através das seguintes atividades, não se limitando a:

- a. Atividade de Movimentação Operacional de Navios;
- b. Atividade de Armazenamento de Cargas;
- c. Atividade de Formação e Consolidação do Hub de Hidrogênio Verde.

No que tange a atividade de movimentação operacional, a Companhia dispõe atualmente de duas pontes de acesso que interligam o pátio de estocagem (onshore) aos dez berços de atracação (offshore) que são utilizados para a atracação de navios, tanto navios contêineres, navios de graneis sólidos (carvão mineral, minério de ferro, etc.), navios de granel líquido (gás natural liquefeito – GNL), quanto navios de carga geral solta (peças

de grandes dimensões e peso elevado, como torres eólicas, bobinas de aço etc.).

a. Atividade de Movimentação Operacional de Navios:

A Operação de Navios ocorre nos píeres 1,2 e TMUT – Terminal de Múltiplo Uso.

No Pier 01: a operação é realizada através de um descarregador contínuo de navios - CSU com tecnologia de parafuso-sem-fim para a descarga de carvão, três MHCs com a utilização de Grabs e Moegas para a descarga de minério.

A operação consiste na descarga de carvão ou minério de ferro diretamente do porão do navio para a correia transportadora.

O CSU – carvão tem um diferencial importante pois utiliza a tecnologia que evita o derramamento e a emissão de particulados no meio ambiente durante a descarga de navios. O CSU tem capacidade nominal de descarga de até 2.400 toneladas/hora.

No Pier 2: Os navios que transportam Gás Natural Liquefeito têm sua operação realizada e o transporte do gás natural em sua forma gasosa ocorre através de gasodutos.

No Terminal de Múltiplo Uso – TMUT: existem operações com contêineres, granel sólido, placas siderúrgicas, bobinas e outras mercadorias siderúrgicas, pás eólicas e cargas de projetos.

O granel sólido que é descarregado através de Grab acoplado a um guindaste, que retira o granel do navio e o despeja em um equipamento denominado “moega” – espécie de funil que deposita o material diretamente nos caminhões do tipo caçamba. O transporte dos granéis descarregados no Terminal de Múltiplo Uso é feito exclusivamente por caminhões.

A operação dos navios de granéis sólidos está atualmente sendo realizada em 02 píeres, Carvão e Minério de ferro, preferencialmente no PIER 1 os demais granéis (fertilizantes e outros) no TMUT.

A operação de contêineres se dá através do içamento dos contêineres por meio de guindastes, como no caso dos guindastes do tipo STS (ship-to-shore). Os contêineres são retirados dos navios e acoplados aos caminhões que os levam a local específico, onde aguardam carregamento em outros navios ou sua retirada do Terminal. A movimentação de contêineres ocorre no sentido de descarga ou carga. Os contêineres são retirados ou entregues no Terminal por meio ferroviário (menos de 1%) e rodoviário (99%) por intermédio dos Gates 1 e Ferroviário destinados ao controle do que entra e sai do Terminal.

As operações de cargas não containerizadas, como as placas siderúrgicas, bobinas e outras mercadorias siderúrgicas, pás eólicas e cargas de projetos, são realizadas de acordo com o tipo da carga, respeitando suas especificidades e necessidades para realização do carregamento ou descarregamento em navio. As cargas não containerizadas são retiradas ou entregues no Terminal por intermédio do Gate 2.

Exportação de granéis sólidos – Operação realizada no TMUT, preferencialmente berços 5 e 6, que consiste no embarque de granéis sólidos em navios com capacidade de até 140.000 t/ dwt* . O embarque é realizado

por três MHCs acoplados com um sistema de “tinas”. A carga é transportada da retroárea do porto até o TMUT através de veículos tipo caçamba. A carga é basculada diretamente na tina e na sequência, içadas para os porões do navio.

No ano de 2022 foram exportadas 507.368 toneladas de graneis (carvão/minério) pelo TMUT.

Transbordo de combustível – Operação do tipo SHIP to SHIP que ocorre no TMUT, preferencialmente no berço 8, consiste na atracação de um navio mãe (navio supridor) e a atracação de outro navio de menor porte, “à contrabordo”, denominado de navio receptor ou feeder . Parte da carga é transferida do navio supridor para o receptor pelo bombeamento do combustível que segue através de mangotes conectados às embarcações.

No ano de 2022 foram movimentados através dessa operação o total de 754.779 toneladas de graneis líquidos.

*dwt – deadweight (capacidade em toneladas do navio)

b. Atividade de Armazenamento de Cargas:

Esta atividade ocorre basicamente em dois locais específicos: ou no pátio, ou em armazéns coberto.

Pátio: o pátio de armazenagem tem uma área de 45ha (já considerando a expansão, concluída em 2022) e comporta bobinas, chapas planas, rolos de fios máquina, vergalhões para a Usina Siderúrgica, cargas superdimensionadas (sob consulta) e cargas containerizadas. Possui capacidade estática de até 856 contêineres refrigerados mais 294 tomadas reefer no TMUT, e área especial para contêineres que transportem carga classe IMO, exceto as classes 1, 6.2 e 7.

Armazéns: as duas unidades de armazéns, com áreas de 6.250m² e 10.000m² respectivamente, atendem a movimentação de mercadorias soltas que precisam ficar abrigadas do tempo, e as operações de ova e desova de contêineres. Em anexo ao Armazém 2, há 02 (duas) Câmaras Frigorificadas (Animal e Vegetal) para ova e desova de contêineres com 03 docas de operação.

c. Atividade de Formação e Consolidação do Hub de Hidrogênio Verde:

Lançado em fevereiro de 2021 pelo Governo do Estado do Ceará, em conjunto com a CIPP, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), o HUB de Hidrogênio Verde (H2V) visa transformar o território cearense em um grande produtor, consumidor e fornecedor global deste tipo de combustível, gerando emprego, renda e contribuindo diretamente para a descarbonização do planeta, um dos objetivos estipulados por diversos países do mundo até 2050. A ideia dessas nações é construir um mundo mais acessível, eficiente e sustentável, movido por energias limpas como o H2V.

O Ceará possui um amplo potencial para a geração de energia renovável, o que é primordial para viabilizar o desenvolvimento de um mercado de Hidrogênio Verde. Levando em conta a capacidade instalada e o potencial já calculado de novas instalações de fontes renováveis (eólicas ou fotovoltaicas), além do grande tesouro do Estado, que é a combinação entre as fontes solar e eólica, num processo híbrido, há um ambiente muito favorável para este tipo de negócio.

Existe um grande potencial no Estado do Ceará, especificamente no Complexo do Pecém, para o desenvolvimento da cadeia de produção, distribuição, armazenagem e transporte do hidrogênio verde. Fatores

como uma infraestrutura portuária com novos berços de atracação em área de futura ampliação portuária, com capacidade e calado operacionais adequados às operações de H2V, uma rede elétrica robusta com infraestrutura de linhas de transmissão compatível com as demandas das usinas de eletrólise, uma ampla rede de distribuição de gás que conecta todo o Complexo, desde o Terminal Portuário (píer 2) até as áreas industriais, que pode ser utilizada para o transporte de H2V entre as áreas de produção e consumo industrial e um ecossistema totalmente favorável ao desenvolvimento dessa cadeia citada.

Além disso, o Complexo do Pecém tem, em sua ampla área industrial, a única Zona de Processamento de Exportação em operação no Brasil, a ZPE Ceará, sendo um poderoso diferencial competitivo para negócios voltados à exportação, tendo em vista os incentivos fiscais que a ZPE cearense oferece.

Segue os diferenciais que o Complexo do Pecém possui:

- Proximidade aos mercados consumidores com sua localização geográfica ideal para produção desse vetor energético, conectada às principais rotas marítimas que ligam o Pecém à Europa e aos Estados Unidos;
- Áreas industriais e em terrenos de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), oferecendo benefícios tributários de ZPE e trazendo economia de 30% a 40% ao OPEX e CAPEX do investidor;
- Parceria com o Porto de Roterdã, que está se tornando o principal Hub de Hidrogênio na Europa;
- O Complexo do Pecém é um parque industrial instalado com empresas do mercado consumidor de hidrogênio: aço, fertilizantes, cimento, mineração e uma futura refinaria;
- Integração das atividades industriais e portuárias e infraestrutura logística.

Os futuros investimentos em Hidrogênio Verde podem ajudar a gerar um maior desenvolvimento tecnológico, industrial e socioeconômico em toda a região Nordeste, em especial no Ceará, criando empregos qualificados e atraindo novas indústrias. Outro benefício seria a atração de companhias de energia renovável e empresas produtoras, de armazenamento e de transporte de hidrogênio, usando o “know how” e influência do Porto de Roterdã, gerando assim uma maior receita, o que elevaria o PIB do Estado e, no caso da exportação, traria impactos positivos para a balança comercial em nível estadual e nacional.

Além do potencial de exportação para o Porto de Roterdã, com destino a países europeus, existem também oportunidades de movimentação dessa fonte/vetor energético para países como China, Japão e Coreia do Sul, que também já definiram seus planos de descarbonização de sua matriz energética, com planos de importação de Hidrogênio Verde.

O hidrogênio verde tem o potencial de revolucionar o sistema de energia atual rumo a um caminho mais limpo, seguro e sustentável devido às suas características versáteis, desde a produção até a sua utilização. A transformação energética proposta mundialmente deve utilizar o H2 como combustível substituto para seus equivalentes de combustível fóssil e pode, sim, apresentar uma solução viável para alcançar uma sociedade com baixa produção de carbono.

5. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas:

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental que reflete as diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988, em seu art.165, e elaborado no primeiro ano de cada mandato, com a inclusão de todos os investimentos e as despesas de caráter continuado que serão efetuados no período. O PPA também é a base para a elaboração

dos orçamentos anuais.

O Plano de Negócios da CIPP S/A busca viabilizar o Programa “Infraestrutura e Logística” parte do Tema Estratégico “Infraestrutura e Mobilidade”, com a ambição de tornar a Companhia protagonista nos cenários nacional e internacional. O PPA 2020-2023 manteve o Programa de Infraestrutura e Logística e instituiu o Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém com objetivo de potencializar a utilização do Complexo de Desenvolvimento Industrial e Portuário do Pecém como estratégia de desenvolvimento econômico do Ceará.

6. Recursos para custeio das Políticas Públicas:

A operação vem sendo custeada pela geração de caixa operacional da CIPP.

7. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das Políticas Públicas:

As Demonstrações Contábeis de 2022 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09) e as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e recepcionado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Foram auditadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e refletem os ativos, passivos, receitas e despesas da CIPP S/A.

Os indicadores estratégicos utilizados para a tomada de decisões, entre elas a de investimento para atendimento aos objetivos das políticas, tem seus desempenhos demonstrados a seguir:

Quadro I – Indicadores Estratégicos

Indicadores	Índice Observado
ROE (<i>Return On Equity</i>)	7,61%
Ebitda (R\$ Milhões)	92.14
Margem Líquida	41,28%
Giro do Ativo	0,17

Obs.: Giro do Ativo de R\$ 0,17 indica quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total.

Quadro II – Investimentos

Investimentos	2022 (R\$ Mil)
Modernização de Máquinas e Equipamentos	18.511
Obras em Andamento	16.435
Obras de Ampliação	27.177
Investimento Total (*)	62.124 MM

(*) Investimento que toma por base todos os registros contábeis realizados durante o exercício de 2022 com base nas notas fiscais emitidas, independentemente de o pagamento ter sido realizado. O recurso orçamentário para os Investimentos da Companhia são Fonte 70 (Recursos Diretamente Arrecadados, na nomenclatura do orçamento estadual).

8. Estruturas de Controles internos e Gerenciamento de riscos:

Destaca-se, garantir que as atividades realizadas estejam em compliance com as leis, regulamentos e normas, prevenindo riscos que possam afetar a sua continuidade e desenvolver e Monitorar o Plano de Gestão de Riscos (Política, Norma e Manual). A administração tem como norteador para a tomada de decisões estratégicas o Gerenciamento de Riscos que se materializa na Matriz de Riscos. Os riscos mapeados estão em conformidade com os objetivos e a identidade da Companhia.

A configuração organizacional da CIPP S/A possui a gerência de Controle Interno que visa o fortalecimento de uma estrutura de defesa, controle e gerenciamento de riscos.

O Regimento Interno, vigente no ano de 2022 da Companhia, descreve as competências do Controle Interno:

“Garantir a atualização e formatar meios de cumprimento Manual de Normas e Procedimentos de Controle Interno;
Implementar e monitorar Programas de Integridade na Companhia;
Acompanhar junto à Área de O&M a elaboração e revisão das normas internas;
Realizar o mapeamento dos processos sob sua gestão;
Monitorar o nível de adesão às políticas internas, utilizar sistemas de revisão e aprovação, conceder efetividade à atuação de uma unidade de auditoria interna;
Gerenciar os controles internos, analisando e prevenindo fraudes;
Analisar as informações contidas nos relatórios econômico-financeiro-orçamentário, exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e em outras disposições legais;
Avaliar a observância às diretrizes, normas, políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis, em parceria com as áreas responsáveis da Companhia;
Zelar pela absoluta confidencialidade dos dados e das informações em seu poder e/ou que porventura tiver acesso, quando do seu exercício profissional;
Prestar serviços de consultoria e aconselhamento relacionados ao controle interno, sem prejuízo a sua autonomia, conforme apropriado para a organização; e
Realizar o acompanhamento e guarda dos processos de sindicância e processos administrativos.
Verificar a legalidade e avaliar os resultados.”

9. Fatores de Risco:

Como elementos necessários à sustentabilidade institucional da empresa, são identificadas as legislações aduaneiras veiculando diretrizes que integram a base regulatória da CIPP e as peças geradas internamente que norteiam a ação estratégica dos agentes de gestão (Plano de Negócios, Matriz de Risco, Código de Ética, Código de Conduta e Integridade e Documentos Normativos).

A CIPP conta com a Matriz de Riscos onde estão consolidados os riscos estratégicos oriundos do desdobramento do Plano de Negócios, com os fatores relacionados a cada risco, probabilidade e impacto.

As atividades da CIPP a expõem a diversos riscos, principalmente de natureza financeira, com ações detalhadas a seguir:

Risco de Mercado:

A CIPP faz a gestão do fluxo de caixa mediante projeção de entradas e saídas de caixa, coleta diária de movimentações financeiras de pagamento e recebimento, conciliação do fluxo de caixa e avaliação de saldo

disponível, possibilitando análise da situação financeira da Companhia.

Risco de Crédito:

A Companhia possui Política Comercial voltada para os processos que envolvem créditos para clientes. Os riscos são geridos corporativamente por área específica, sendo avaliada a qualidade do crédito, levando em consideração, principalmente, o histórico de relacionamento e indicadores financeiros.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada nas demonstrações financeiras em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes.

Risco de Liquidez:

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio de monitoramento do fluxo de caixa. A CIPP investe a disponibilidade de caixa em aplicações financeiras com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões de pagamento.

10. Políticas e práticas de Governança Corporativa

O Núcleo de Governança Corporativa da CIPP é constituído pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Auditoria (Interna e Independente), Ouvidoria e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração; e, como componentes da estrutura de gestão dos processos da empresa – a Presidência.

As atribuições de cada colegiado estão definidas no Estatuto Social da Companhia, nos respectivos Regimentos Internos, nas Políticas e demais normativos internos da Companhia.

Segue abaixo os instrumentos que fornecem as diretrizes da Governança:

- Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Regimento Interno do Conselho Fiscal;
- Regimento Interno da Companhia;
- Regimento Interno Comitê Estatutário de Elegibilidade;
- Códigos de Ética e de Conduta;
- Plano de Negócios;
- Norma e Política da Gestão de Riscos;
- Políticas de Transação com Partes Relacionadas;
- Política de Privacidade;
- Política de Segurança da Informação;
- Política da Distribuição de Dividendos.

Além disso, visando as boas práticas de mercado e a conformidade normativa, também foram editadas novas normas internas, as quais são disponibilizadas a todos os colaboradores da Companhia.

Transparência

Para promover a transparência ativa na sua atuação a Companhia continuou a executar ações de melhoria com intuito de facilitar o acesso aos dados gerados, contamos com as abas de acesso à informação em seu portal institucional (www.complexodopecem.com.br). A ação segue tendências de modernização da comunicação digital, apresentando um layout limpo e intuitivo na distribuição de conteúdo.

Ouvidoria

Inicialmente destacamos a premiação, pelo terceiro ano consecutivo, de melhor Ouvidoria do Poder Executivo do Estado do Ceará conquistado em 2022, referente à atuação da Ouvidoria em 2021, conforme avaliação de desempenho realizada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE.

Considerando uma análise quantitativa, a Ouvidoria da CIPP S/A apresentou no ano de 2022 um acréscimo de aproximadamente 69,4% no número de manifestações em relação ao ano de 2021, atingindo um total de 122 manifestações no período. Demonstrando assim o aumento da confiança, valorização e reconhecimento que a Ouvidoria da companhia vem recebendo dos cidadãos.

Em relação à resolubilidade das manifestações, vale destacar o alcance do percentual de 100% de respostas às demandas do cidadão, cumprindo o prazo instituído por meio do Decreto nº. 33.485/2020 em todas as suas manifestações, ou seja, todas as manifestações registradas foram devidamente respondidas em até 20 dias, sem nenhuma prorrogação de prazo, superando a meta institucional de 94%.

Vale salientar que a Ouvidoria da Companhia tem trabalhado arduamente em busca de maximizar a confiança e respeito dos seus clientes internos e externos sempre mantendo o atendimento das manifestações dentro do padrão de excelência.

O tempo médio de resposta foi de aproximadamente 7 dias, dentro da meta institucional (inferior a 10 dias) obtivemos uma redução em relação ao ano de 2021 mesmo com o aumento do número de manifestações, demonstrando o comprometimento da Ouvidoria em proporcionar ao cidadão respostas pontuais, a fim de demonstrar a valorização e respeito no atendimento das demandas. Vale destacar que, apesar do objetivo de redução no tempo de resposta, a Ouvidoria sempre prezou primeiramente pela qualidade da resposta e atendimento ao solicitado pelo cidadão.

Considerando o índice de satisfação, a Ouvidoria vem trabalhando sempre no intuito de melhorar o referido índice, mantendo contato com o cidadão sempre que possível, visando estimulá-los na realização da pesquisa de satisfação. Apesar de ainda manter um resultado satisfatório, apresentou-se uma redução na satisfação do usuário, passando de 90% em 2021 para 86% em 2022 (ressaltando que o índice permaneceu superior à meta institucional de 78%).

Além da atuação direta no atendimento das manifestações dos usuários, a Ouvidoria do Complexo do Pecém trabalhou na continuação da ação de incentivo à cultura do elogio realizando novas atividades, a fim de possibilitar a disseminação da Ouvidoria perante os usuários e novos funcionários, trazendo os nossos clientes para ainda mais perto de nós, com o intuito de desmistificar a Ouvidoria apenas como um canal de Reclamação e Denúncia, conforme segue:

- **Projeto de incentivo à cultura do elogio**

Considerando a carência de elogios identificada nas manifestações de Ouvidoria, o projeto busca reforçar junto ao público externo e interno a importância do reconhecimento da atuação dos bons profissionais que atendem ao cidadão, estimulando uma cultura do elogio na Companhia.

A ação visa estimular aos colaboradores e à sociedade em geral a enviar elogios e manifestações positivas de valorização do trabalho aos profissionais Complexo do Pecém, implementando a cultura do elogio junto aos nossos colaboradores e usuários.

Vale ressaltar, ainda, o aumento exponencial, sendo totalizados 45 (quarenta e cinco) elogios, onde no ano anterior foram registrados apenas 12 (doze) elogios.

- **Transparência Ouvidoria – Painéis Estatísticos Trimestrais**

A implantação da ação dos Painéis Estatísticos Trimestrais tem o intuito de maximizar a transparência e disseminar os dados, não só da Ouvidoria como também da Companhia como um todo. A necessidade foi identificada a partir de pesquisa realizada junto aos colaboradores realizada em 2020, onde se constatou o desejo dos colaboradores em conhecer melhor o funcionamento da Ouvidoria e, especialmente, a sua atuação através de dados estatísticos.

Vale destacar, ainda, a maximização da gestão da Ouvidoria através da elaboração e disponibilização de relatórios tempestivos para tomada de decisão desta, bem como da Alta Gestão.

- **Canal de Atendimento – WhatsApp**

Considerando o contexto de maximização da utilização do referido aplicativo para solicitações de serviços e reivindicações junto aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como de Empresas e Organizações Privadas, além de ser uma ferramenta de fácil acesso ao usuário do Complexo do Pecém, a Ouvidoria possui o canal "WhatsApp" institucionalizado, a fim de ampliar e melhorar continuamente a comunicação junto aos cidadãos, se tornando uma ferramenta facilitadora no acesso à Ouvidoria.

Vale ressaltar que o tratamento interno continua via sistema de Ouvidoria (Ceará Transparente), o canal "WhatsApp" apenas proporciona uma maior celeridade no tratamento das manifestações e respostas, proporcionando uma melhoria na prestação de serviços públicos e o aprimoramento do controle social.

- **Adesão ao Sistema Nacional de Ouvidorias**

A adesão à Rede Nacional de Ouvidorias objetiva maximizar a interação e atuação da Ouvidoria do Complexo com outras instituições a nível nacional, em especial aumentar o intercâmbio junto a outros Portos brasileiros.

A adesão possibilita ainda intercâmbio de informações e procedimentos para a defesa do usuário de serviços públicos, disseminação de conhecimentos e boas práticas relacionadas às ações de ouvidoria e melhoraria da gestão por meio do fomento à participação e ao controle social.

Auditoria

Os trabalhos de auditoria interna no ano de 2022 seguiram o plano prévio aprovado. No PAINT 2022 foram programadas 08 auditorias, sendo que até 31/12/2022 tinham sido concluídas e entregues as 08 auditorias a seguir relacionadas: I. Relatório de Auditoria 001/2022: Estrutura de contingência de TI; II. Relatório de Auditoria 002/2022: Armazenamento de dados; III. Relatório de Auditoria 003/2022: Estrutura de cabeamento; IV. Relatório de Auditoria 004/2022: Ausência e falha de melhorias em sistemas; V. Relatório de Auditoria

005/2022: Falta de identificação ou do registro terrenos; VI. Relatório de Auditoria 006/2022: Princípios de incêndio; VII. Relatório de Auditoria 007/2022: Garantias contratuais; VIII. Relatório de Auditoria 008/2022: Risco ANTAQ.

Além do previsto no PAINT 2022, a auditoria interna também desenvolveu 2 trabalhos especiais conforme registrado no Relatório anual, no caso: Auditoria Especial 01/2021 – Certificar-se de possíveis inconformidades ou desenho de processo que esteja impactando nos valores de passagens aéreas solicitadas pela Companhia. E Auditoria Especial 02/2021 – Certificar-se das conformidades e processo de avaliação do PECS – Plano de Emprego, Cargos e Salários relativo ao processo do ano de 2022.

Em 2022, considerando as auditorias planejadas e os trabalhos extraordinários executados pela Auditoria Interna, resultaram em: 47 constatações (ocorrências) 86 recomendações/sugestões.

No ano de 2022, a área de Auditoria Interna também procedeu com a revisão da Norma Interna de Auditoria, passando a ser Regimento de Auditoria Interna, validado e aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD e de acordo com as boas práticas de mercado.

11. Ações de Sustentabilidade Social e Ambiental:

A CIPP realiza em parceria com a ZPE nas atividades socioambientais desenvolvidas no Programa de Educação Ambiental (PEA) do Terminal Portuário do Pecém, como parte do Plano Básico Ambiental Integrado do Terminal Portuário do Pecém (PBA).

Tendo como foco as comunidades pesqueiras localizadas nos distritos de Pecém e Taíba no município de São Gonçalo do Amarante/CE e de Cumbuco no município de Caucaia/CE, o PEA atende as Colônias de Pescadores e Marisqueiras, além de Escolas, Associações e a comunidade da região, desenvolvendo atividades com foco em Educação Ambiental, Valorização cultural, Saúde do pescador e Geração de renda, tendo por linhas de atuação os seguintes temas:

- Governança e Fortalecimento Institucional das Organizações de Classe da Atividade da Pesca;
- Educomunicação Ambiental e Valorização da Cultura e Artes da Pesca
- Educação Sexual e Prevenção à Drogadição e violência infantil
- Projeto Saúde do Pescador
- Subprograma de Compensação da Atividade de Pesca – PCAP
- Subprograma de Educação Ambiental para os Trabalhadores da Operação –PEAT

No eixo de Governança e Fortalecimento Institucional das Organizações de Classe da Atividade da Pesca para além da criação e manutenção de um Comitê de Governança durante o ano de 2022, ocorreram reuniões de acompanhamento do Comitê e das Colônias de Pescadores para o fortalecimento institucional do programa. Também foram realizadas atividades nas Colônias de Pescadores do Pecém e Taíba como curso de informática, aulas de idiomas e reforço escolar, além de rodas de conversas com os jovens familiares dos Pescadores e Marisqueiras, palestras e aula de ritmos (Colônia do Pecém).

Relativo a linha de atuação de Educomunicação Ambiental e Valorização da Cultura e Artes da Pesca, foram desenvolvidas ações educativas associadas à realidade do empreendimento, formuladas através de processos

participativos, que visam capacitar e habilitar setores sociais, com ênfase nas regiões mais afetadas pela operação do Porto, atuando na melhoria da qualidade ambiental e de vida da população lindeira. Neste ciclo foram realizadas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento e manutenção de Hortas escolares;
- Oficinas de vivência em educação ambiental nas Hortas escolares e aulas de reforço escolar para alunos do 6° ao 9° anos, ambos desenvolvidos em Escolas Municipais dos distritos de Pecém, Taíba e Cumbuco;
- Apoio aos grupos de dança do coco de Pecém e Taíba;
- Projeto de Estudos Comunitários em Audiovisual – PESCA (curso de fotografia e mídias sociais);
- Aulas de inglês e francês nas comunidades e Colônias de Pecém e Taíba;
- Produção e distribuição da Revista Amigos da Rede com foco em educação e preservação ambiental;
- Apoio a Regatas da Colônia de Pescadores do Cumbuco;
- Palestras e vivências em Educação Ambiental nas Escolas e nas Colônias de pescadores;
- Visitas de jovens e crianças ao Teatro José de Alencar (Fortaleza/CE) e Parque Botânico (Caucaia/CE).

Com relação a linha de atuação de Educação Sexual e Prevenção à Drogadição e violência infantil, foram desenvolvidas ações de inclusão social com atividades que contemplaram palestras, oficinas, ações de cidadania e incentivo a práticas esportivas (Projeto Cumbuco Bom de Bola) com crianças e adolescentes do Distrito de Cumbuco, além de ações de limpeza de praias (Cumbuco e Taíba). Em palestra realizada na Escola Alba Herculano (Taíba) o tema envolveu o cyberbullying, com foco na prevenção da prática do bullying por meio das redes sociais.

No projeto Saúde do Pescador foram retomadas as atividades após o ciclo de pandemia com a participação de profissionais da área de fisioterapia e massoterapia, devido as dores geradas nas articulações pelo esforço físico, estando previstas para ocorrer ainda neste ciclo as etapas relacionadas a oftalmologia e prevenção ao câncer de pele. Os temas foram escolhidos pelos próprios pescadores e marisqueiras, sendo considerados críticos pois requerem cuidados para a atividade pesqueira.

O Subprograma de Compensação da Atividade de Pesca – PCAP o objetivou a mitigação e compensação dos impactos das obras de ampliação e de Operação do Terminal Portuário do Pecém, por meio de intervenções que atuem no sentido de fortalecer a atividade pesqueira e compensar os impactos das atividades portuárias. Foram realizadas as seguintes atividades:

Compensação ambiental: Aquisição e Doação de Panagens (Redes de pesca) e de Materias de pesca; doação de tábuas para cortar peixes (proveniente das antigas defensas do Porto) e distribuição de material de de salvatagem e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), visando a segurança da navegabilidade. Também foi realizado Cursos de salvatagem e de Primeiros Socorros, por solicitação dos próprios Pescadores e Marisqueiras da região.

Qualificação profissional e Geração de renda autônoma: Foram realizados os Cursos de Capacitação de confeitaria e Culinária com foco no empreendedorismo e geração de renda; produção e comercialização de artesanato local com a realização de feiras e exposições permanentes no Bloco de Utilidades e Serviços (BUS).

Por fim, o Subprograma de Educação Ambiental para os Trabalhadores da Operação – PEAT ocorreu pela necessidade de conscientização dos trabalhadores quanto à importância da manutenção da qualidade ambiental, valores sociais locais e impactos gerados pelo empreendimento às comunidades locais. Neste sentido, foram realizadas ações de divulgação utilizando materiais de sensibilização e informativos com temas

voltadas à preservação ambiental, fortalecendo os temas de segurança e de meio ambiente como críticos e necessários para prevenção, controle e mitigação dos impactos adversos das atividades de rotina das operações, reforçados ainda pelos treinamentos e diálogos diários de segurança, saúde e meio ambiente (DDSMA), direcionados aos colaboradores das empresas terceirizadas.

12. Remuneração da administração e dos membros colegiados:

A prática de remuneração de membros estatutários da CIPP tem como base normativa o Decreto Estadual nº 32.141, de 27 de janeiro de 2017, reajustada através da Lei Estadual nº 16.205, de 17 de março de 2017.

A remuneração média mensal mínima e máxima dos Conselhos de Administração e Fiscal em 2022 está demonstrada no quadro a seguir:

Conselho de Administração – 06 membros	
Mínimo * R\$ 0,00	Máximo R\$ 4.674,04
Conselho Fiscal – 05 membros	
Mínimo R\$ 4.674,04	Máximo R\$ 4.674,04
Comitê de Auditoria Estatutário – 03 membros	
Mínimo R\$ 4.674,04	Máximo R\$ 4.674,04

(*) Na gratificação do Conselho de Administração, o mínimo é zero, devido aos Conselheiros do Porto de Roterdã que não recebem essa gratificação.

A remuneração total da Diretoria Estatutária em 2022 consta no quadro a seguir, com ressalva para o item (e) bônus que é referente ao exercício de 2022, a ser pago em 2023:

Diretoria Estatutária	
Remuneração dos Membros (valores em R\$)	Exercício 2022
Número de Membros:	08
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)	R\$ 3.930.105,47
a) salário ou gratificação	R\$ 2.225.718,71
b) benefícios diretos e indiretos	R\$ 524.319,16
c) remuneração por participação em comissões internas ou comitês	R\$ 64.809,37
d) outros (periculosidade + férias + rescisão)	R\$ 1.115.258,23
II - Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	R\$ 717.462,32
e) bônus	R\$ 717.462,32 ¹
f) participação nos resultados	R\$ 0,00
g) remuneração por participação em reuniões	R\$ 0,00
h) comissões	R\$ 0,00
i) outros	R\$ 0,00
III - Total da Remuneração (I + II)	R\$ 4.647.567,79
IV - Benefícios pós-emprego	R\$ 0,00
V - Benefícios motivados pela cessão do exercício do cargo	R\$ 0,00

¹ O valor se refere ao provisionamento feito em 2022 referente a bonificação dos administradores, pendente de aprovação do resultado e da destinação por parte da Assembleia Geral.

VI - Remuneração baseada em ações

R\$ 0,00

Obs.: Na reunião do colegiado realizada em 27/12/2022, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia sobre as remunerações:

- Alteração na Política de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros e Resultados 2022, para inclusão do limitador de até 4 (quatro) gratificações para os Diretores, Sêniores e Executivos, da Companhia, para o ano exercício 2022 (com pagamento previsto para 2023). Tal proposta teve como esteio principal a recomendação contida no estudo realizado pelo INSTITUTO PUBLIX PARA O DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA S/S LTDA;
- Exclusão dos membros do Conselho de Administração da CIPP S/A do rol de beneficiários da gratificação de Bônus de Desempenho na Política de Bônus de Desempenho, para o ano exercício 2022 (com pagamento previsto para 2023), isto tendo como esteio principal a recomendação contida no estudo realizado pelo INSTITUTO PUBLIX PARA O DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA S/S LTDA.

Manifestação do Conselho de Administração:

O Conselho de Administração da CIPP declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício 2022, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8º da Lei 13.303, de 30/06/2016.

São Gonçalo do Amarante, __ de _____ de 2023.

Documento aprovado na ____a. Reunião do Conselho de Administração da CIPP, aos __ de abril de 2023